



GEOGRAFIA POLÍTICA MUNDIAL: (DES)ORDEM TEÓRICA?

WORLD POLITICAL GEOGRAPHY: THEORETICAL MUDDLE?

GEOGRAFÍA POLÍTICA DEL MUNDO: TRASTORNO TEÓRICO?

Célio Augusto da Cunha Horta

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UFMG

E-mail: celio@igc.ufmg.br

RESUMO:

Objetiva-se problematizar sobre formas recentes de apropriação de teorias sociais estruturalistas na Geografia Política. Realiza-se, inicialmente, uma breve reflexão sobre a (des)valorização das utopias e de conceitos marxistas. Apresentam-se os fundamentos metodológicos das abordagens geográficas baseadas na teoria do sistema-mundo. Questiona-se, ainda, a relação dessas abordagens com as análises geopolíticas macroescalares. Ao final, de maneira concisa, discute-se a vinculação das teorias do imperialismo e da escola da regulação com a Geografia.

Palavras-chave: geografia política; sistema-mundo; macroescala; conceitos e utopias.

ABSTRACT:

This article discusses the recent use in the Political Geography of the structuralist social theories. It is performed initially, a brief reflection on the depreciation (or appreciation) of the utopias and Marxist concepts. The methodological foundations of geographical approaches based on the world-systems theory are analyzed. It is also questioned the relationship of these approaches with geopolitical analysis in the macro-scale. At last, abridged, there is a discussion about the links of imperialism and the regulation theory with the geography.

Keywords: political geography; world-system; macro-scale; concepts and utopias.

RESUMEN:

Este artículo analiza el uso reciente en la geografía política de las teorías estructuralistas sociales. Se realiza inicialmente, una breve reflexión sobre la depreciación (o apreciación) de las utopías y los conceptos marxistas. Se muestran los fundamentos metodológicos de los enfoques geográficos basados en la teoría del sistema-mundo. También se cuestiona la relación de estos enfoques con los análisis geopolíticos en la escala macro. Por último, de manera concisa, se abordan los vínculos de las teorías del imperialismo y de la escuela de la regulación con la geografía.

Palabras clave: geografía política; sistema-mundo; macro escala; conceptos y utopías.

1 INTRODUÇÃO

Indaga-se sobre a produção teórica dos recentes estudos geográficos que tratam, especificamente, do espaço mundial-regional e dos processos macropolíticos. Questiona-se sobre a evolução metodológica dessas abordagens geográficas macroescalares que, em geral, se fundamentam nas perspectivas estruturalistas. É provável que no cerne dessa produção de conhecimento geográfico-político, aplicado à escala mundial, novas interfaces entre o conhecimento científico e a dimensão do político estejam se configurando.

Vale lembrar que no período clássico da Geografia Política (e da Geopolítica) foram realizadas significativas conexões entre o político e o conhecimento. No entanto, muitos trabalhos – macroescalares, na maioria - estavam (ou se tornaram) comprometidos com os grupos dominantes e com o Estado imperialista, como o caso de algumas das produções de Friedrich Ratzel (1844-1904), de Alfred Mahan (1840-1914) e de Karl Haushofer (1869-1946), por exemplo.

Todavia, parte-se do pressuposto de que, por volta de vinte e cinco anos até hoje, alguns trabalhos de Geografia Política se pautam em análises macroescalares definidas, em geral, por conteúdos críticos em relação ao sistema mundial. Essas pesquisas, portanto, se baseiam na concepção de *sistema-mundo* para interpretação crítica desse mesmo sistema. Peter Taylor (1994), por exemplo, tenta estabelecer diálogo entre a perspectiva neopositivista (Teoria Geral dos Sistemas) e o marxismo. Essa tentativa parece corroborar com a ideia de que, mais recentemente, as antinomias não sejam tão profundas como no passado. Nesse sentido, Oswaldo Bueno Amorim Filho (1990, p. 11) assinala que:

Durante cerca de uns quinze anos (mais ou menos entre 1965 e 1970) (...) que se desenvolve, na “nova” Geografia Política, um processo de polarização teórica (...) de um lado, a linha de pesquisa e de explicação baseada na aplicação dos princípios gerais da teoria sistêmica, em sua perspectiva predominantemente neopositivista; de outro, (...) a linha de pesquisa e de explicação, cujas bases eram oferecidas pelos princípios e conceitos de um Neomarxismo (...).

O encontro desses dois métodos aponta para uma leitura eclética (des)construtiva de mundo? Sinaliza uma “desordem” teórica? Ou será que, no campo da Geografia Política renovada, a noção de *complexidade* já assumiu formas particulares de teorização? De qualquer modo, entre uma e outra possibilidade há um ponto em comum: as dúvidas sobre a (des)ordem global. Uma (des)ordem social dinâmica que, frequentemente, supera os parâmetros acadêmicos de investigação, análise e explicação. Para Zigmunt Bauman (2008, p. 47):



(...) nenhuma tentativa de acomodar a complexidade do mundo em divisões definidas e compreensivas parece ter chance de sucesso (...) quanto mais intenso é o desejo por ordem e mais frenéticos são os esforços para instaurá-la, maior será o volume de restos ambivalentes e mais profunda a ansiedade que eles irão gerar. Existe pouca chance de que a construção da ordem chegue algum dia ao fim, sendo uma preocupação auto-impulsionada e auto-intensificadora que ricocheteia em uma atividade autodestrutiva.

Objetiva-se, portanto, refletir sobre “formas” e possibilidades de apropriação, na Geografia Política, de algumas teorias estruturalistas, especialmente a do *sistema-mundo*. Realiza-se, inicialmente, uma breve discussão sobre a (des)valorização das utopias e de alguns conceitos marxistas aplicados à Geografia. Apresentam-se, posteriormente, alguns dos fundamentos que sustentam as abordagens sobre *sistema mundo*, bem como as possíveis conexões com a *escola da regulação* e com as teorias sobre *imperialismo*.

2 GEOGRAFIA POLÍTICA E A (DES)CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS E UTOPIAS

Taylor (1994, p. 135) assinala que “Hartshorne (1954) se lamentaba (...) del ‘subdesarrollo’ de la geografía política en el contexto general de la disciplina. (...) los grandes temas internacionales en sentido amplio eran dejados de lado (...)” Esse desinteresse pela macroescala no pós-guerra, levantado por Richard Hartshorne, já constituiu tema de ampla (porém insuficiente) reflexão no campo epistemológico da Geopolítica e da Geografia Política. Todavia, o que justificaria um “movimento” recente (e relativamente expressivo) de dissociação entre a Geografia Política e os “grandes temas - e espaços – internacionais”? São vários os motivos e os problemas em torno dessa dissociação, como as correlações mecânicas entre a escala internacional (e mundial) e a “crise” da ciência e das teorias gerais, a noção de “lugar autocontido” (SANTOS, 1997, p. 91), a predileção pelas “microfísicas dos poderes”, dentre outras posições metodológicas.

Neil Smith (2002, p. 129) ressalta que “o pós-modernismo anuncia a morte do esclarecimento, a circuncisão do pensamento racional e do discurso totalizador, o fim de Marx, do marxismo e da classe operária, a morte da história e da narrativa, a morte do sujeito e assim sucessivamente.” Bauman (2008, p. 247) adverte para a “privatização da reflexão” e para a “falta de vontade de ver no resto da sociedade algo mais do que um conjunto de indivíduos.” Essa crítica geral de Smith (2002) e de Bauman (2008), por exemplo, se aplica à constituição de alguns estudos geográficos deslocados da totalidade socioespacial e das temáticas macroescalares.

Bauman (2008) identifica vínculos entre a “sociedade individualizada” - ou conforme expressão de Norbert Elias (1994) “a sociedade dos indivíduos” – e o processo de degradação

global das localidades. Afirma que hoje em dia, “os indivíduos solitários entram na *ágora* apenas para encontrar a companhia de outros indivíduos solitários. E voltam para a casa com a confiança renovada em sua solidão.” (BAUMAN, 2008, p. 257). Pela visão do autor, apreende-se que a “*ágora* global” se perde entre o *oikos* e a *ecclesia*. Bauman (2008, p. 249) questiona ainda o papel do intelectual nesse processo, pois “o ciberespaço, terreno da prática intelectual pós-moderna, alimenta-se da fragmentação e a promove, sendo ao mesmo tempo seu produto e sua principal *causa efficiens*.”

Nesses termos, parecem distantes as formulações geopolíticas propositivas à apropriação socializada do espaço geográfico - na escala equivalente ao controle efetivado pelos oligopólios transnacionais. Discursos referentes ao esgotamento das teorias estruturalistas, de uma forma ou de outra, estimulam esse distanciamento. Antônio Carlos Robert Moraes (2006, p. 42) assinala que

O proclamado “fim das ideologias” (...) se faz acompanhar da impossibilidade lógica de formulação de projetos alternativos ao ‘mundo da mercadoria’, tornando a crítica mera retórica. Uma geografia despolarizada – ao mesmo tempo cosmopolita e localista – emerge de tal fundamentação.

Immanuel Wallerstein (2002), em contrapartida, trabalha com a concepção de sistema-mundo o que exige, necessariamente, a adoção de perspectivas macroescalares espaciais e temporais. Sobre as narrativas favoráveis à morte das teorias estruturalistas – a exemplo do discurso generalista que apregoa o colapso do marxismo - Wallerstein (2002, p. 223) considera que o “que morreu é o marxismo-leninismo como estratégia reformista. O que ainda não morreu é o impulso anti-sistema – popular e ‘marxiano’ na linguagem – que inspira as autênticas forças sociais.”

Independentemente das discordâncias (ou concordâncias) em relação ao posicionamento de Wallerstein (2002) deve-se, de alguma forma, refletir sobre o (des)valor atual de alguns postulados marxistas. Questiona-se, então, se determinadas noções, conceitos e ideias trabalhadas por Marx (e por outros pensadores marxistas) como alienação do trabalho, estrutura e superestrutura, renda da terra, mais-valia, valor de uso e valor de troca, acumulação primitiva - dentre outros - ainda constituem parâmetros fundamentais para a análise de processos sociais gerais. Importa verificar, inclusive, se no âmbito das ciências humanas e sociais se desenvolvem, atualmente, elaborações teóricas e conceituais que superam as construções dos estruturalistas (marxistas ou não). Portanto, para além das convicções e divergências ideológicas, cabe avaliar se as pesquisas geográfico-políticas contrárias às abordagens estruturalistas representam, hoje, uma tendência metodológica majoritária e consistente de produção de conhecimento.

De qualquer forma, parece mais ou menos fixada a ideia de que os estudos focados nos processos universais constituem um “desvio teórico” (uma simplificação) da realidade. Por



princípio, as abordagens estruturalistas desvirtuam e “massificam” as particularidades? Empobrecem - por “razão escalar” - as análises sobre os movimentos sociais e/ou dos arranjos territoriais locais? A “geografia do cotidiano” (muitas vezes localista) sintetiza, em si, as assimilações e/ou as reações aos projetos globais? Afinal, o geral foi subsumido pelo particular?

Talvez essa despreocupação (e mesmo negação) científica com as grandes estruturas sociais esteja, parcialmente, vinculada aos posicionamentos individuais (e ideológicos) mencionados por Bauman (2008). As concepções de que os lugares (na escala local) são, por sua natureza social, contra-hegemônicos aos poderes do mercado global possivelmente influenciam, também, a produção de estudos localistas, muitas vezes, restritos do ponto de vista escalar e circunscritos às particularidades. Há, evidentemente, outros aspectos que envolvem essa situação, porém, permanece a questão sobre o (des)valor dos conceitos de cunho estruturalista.

Assim, diante da relativa letargia frente aos valores que podem ser atribuídos aos vários conceitos derivados dos tratados estruturalistas, pergunta-se sobre a (in)utilização dos conceitos de reforma e de revolução nas pesquisas de Geografia Política. Ao que parece, a ideia de revolução (social) sofre objeções até mesmo por parte de alguns pesquisadores sociais contrários ao *status quo*. Nessa direção, alguns autores destacam a obra de Gramsci junto ao processo de renovação da esquerda, na Geografia e nas Ciências Humanas. Não obstante aos reducionismos aplicados ao conceito de revolução social¹, Evelina Dagnino (2000, p. 67) salienta que um aspecto importante “refere-se ao conceito gramsciano de transformação social, no qual a revolução não é mais concebida como um ato insurrecional de tomada de poder do Estado, mas como um processo, no qual a reforma intelectual e moral é parte integrante (...)”. Para Wallerstein (2002, p. 218), a revolução social “conforme o termo usado nos movimentos marxistas-leninistas - já não é um conceito viável. Não tem significado, pelo menos agora.” Segundo Wallerstein (2002, p. 219) está “mais do que na hora de definirmos com alguma clareza uma estratégia alternativa à fenecida ‘revolução’ (...)”.

É bem provável que por influência, principalmente, do atual contexto, alguns revisionistas conceituais (de revolução social) prescrevem como inexorável a “passagem” da “Revolução permanente” para o “transformismo” democrático ou, então, apregoam o triunfo do liberalismo (e da acomodação social). Wallerstein (2002, p. 245), todavia, afirma que a derrocada do socialismo real demarcou a queda do liberalismo como ideologia, portanto, a “verdadeira significação do colapso do comunismo é o colapso final do liberalismo como ideologia hegemônica”. Mas, a partir de que princípios teóricos essa afirmativa deve ser confrontada, por exemplo, com a posição de

¹ Quando reduzida, por exemplo, aos atos de sublevação e/ou desvinculada dos seguintes planos políticos de execução (reformas, muitas vezes) e de conformação da nova estrutura social.

Francis Fukuyama? Na direção oposta de Wallerstein, Fukuyama (1989) preconiza a vitória definitiva do liberalismo (e, portanto, a última etapa histórica da humanidade na construção de seu edifício político-ideológico). Destarte, em que proporções essa perspectiva do “Fim da História” se articula com as “pregações” sobre a abolição do Estado? Ela indica, por sua natureza escatológica, a dispensa de construções utópicas?

As ideias referentes ao colapso ou sobre a “vitória definitiva” do liberalismo e, também, as interpretações sobre o fim do Estado - proposição tanto de anarquistas e comunistas (século XIX) como também de alguns liberais do final de século XX - motivam a realização de novas análises teóricas comparativas na Geografia Política, na Ciência Política, na Economia Política e em outras áreas; e apesar das “assimilações gramscianas” nesses campos de conhecimento entende-se, também, que o debate sobre *Reforma e Revolução* não se esgotou nos estudos clássicos de Rosa Luxemburgo, de Piotr Kropotkin, Karl Kautsky, Leon Trotsky, dentre outros (e muito menos avançou por meio das reflexões atuais).

Wallerstein (2002, p. 219) considera ainda, que a nova esquerda precisa superar a relação atual com os poderes estatais e que, também, deve(ria) ultrapassar as críticas de 1968: “os novos movimentos anti-sistema surgidos na revolução de 1968 foram bastante bem sucedidos ao atacarem as premissas básicas da Velha Esquerda, mas depois não conseguiram achar uma estratégia alternativa.” Com base nessa revisão de algumas premissas marxistas, o autor ressalta as elaborações críticas em relação: 1) à concepção de tomada do Estado seguida pela ditadura unipartidária do proletariado; 2) à ideia de que as relações de (re)produção capitalista e o conflito capital-trabalho são importantes, mas, que outros conflitos como os de sexo, de origem étnica, etc. não tem relativamente tanta relevância; 3) ao axioma de que o “aumento da produtividade é o pré-requisito essencial à construção do socialismo (...)”; 4) à “fé na ciência como pedra fundamental da construção da utopia”; e, por fim, a crítica, 5) à “idéia de que a democracia é uma noção burguesa que obstaculiza a atividade revolucionária” (WALLERSTEIN, 2002, p. 218). Quanto a essa última, Wallerstein (2002, p. 218) salienta que essa concepção “tem sido substituída pela idéia de que, na verdade, a democracia pode ser um conceito profundamente anticapitalista e revolucionário”.

Contudo, Wallerstein (2002, p. 18) reconhece nesses movimentos revisionistas do marxismo a iniciativa da construção de novas estratégias políticas. Todavia, o autor reafirma que esse movimento (de 1968), posteriormente à elaboração dessas críticas, não mais avançou na direção de uma “atividade política anti-sistema”. José William Vesentini (2000, p. 41), no entanto, questiona “se existe algum fundamento para essa noção de ‘resistências anti-sistêmica’ (...)”. Segundo o autor, é “mais provável que esses movimentos ou resistências (...) lutem de fato por melhorias sociais e



correções de injustiças dentro do capitalismo”. (VESENTINI, 2000, p. 41). Em relação aos atuais movimentos sociais reivindicatórios Bauman (2008, p. 51) considera que

a precariedade é hoje o principal bloco construtivo da hierarquia de poder global e a principal técnica de controle social. Como Bourdieu enfatizou, não é provável que sejam feitas reivindicações sobre o futuro, a não ser que os reclamantes tenham um firme controle sobre o presente; e é justo o controle sobre o presente que falta à maioria dos habitantes do mundo globalizado. Eles não têm um controle sobre o presente porque o mais importante dos fatores que decidem sobre o seu sustento e sua posição social não está em suas mãos (...).

Wallerstein (2002, p. 177), contrariamente, afirma que mudanças estruturais se desenvolverão no decorrer da luta “pela sobrevivência no dia-a-dia, e a luta para moldar o futuro sistema histórico que virá a surgir do atual caos sistêmico.” Salienta ainda, que só “conseguiremos superar este período de grande desordem mundial, de crise do nosso moderno sistema internacional de capitalismo histórico, se formos capazes de perceber claramente a situação como um todo.” (WALLERSTEIN, 2002, p. 177). Bauman (2008, p. 250), porém, entende que a concentração “no gerenciamento de ordens locais” contribui para a perda de visão (e atuação) do caos global. E se para Bauman (2008, p. 247), os intelectuais de hoje são “orgânicos de si mesmos” e a sociedade civil encontra-se dispersa e solitária, Wallerstein (2002, p. 221), por outro lado, assinala que:

Quando o atual sistema internacional desabar sobre nós nos próximos cinquenta anos, teremos de contar com uma alternativa concreta a oferecer, uma alternativa que seja produto da criação coletiva. Somente então teremos a oportunidade de conquistar uma hegemonia gramsciana na sociedade civil mundial e, portanto, a chance de vencer a luta contra aqueles que procuram mudar tudo para que nada mude.

Ressalte-se, então, que nesse período pós-fordista, as condições de trabalho se degradaram e considera-se necessário intensificar os estudos interpretativos e analíticos sobre a sua resignificação no capitalismo. As velhas lutas laborais por aumento salarial, por melhores condições de trabalho tendem a se sucumbir diante das “novas” imposições macroescalares? Nesse início de século, “ser explorado” passa a se constituir, assim - ideologicamente (mas também, na prática) - um “desejo”, um privilégio?

É provável que para os “dirigentes mundiais”, a crise estrutural de 1973 se superasse no decurso de políticas alicerçadas nos velhos dogmas macroeconômicos: cortes orçamentários (estatais) na saúde, educação, segurança, etc.; reforma previdenciária; introdução de inovações técnicas e tecnológicas nos sistemas corporativos de produção, circulação e consumo; aumento da mais-valia absoluta e relativa; maior concentração e centralização do capital; crescimento do

desemprego e do subemprego; adoção de novas articulações entre o capital produtivo e o capital financeiro; etc. Cabe ressaltar que logo após a crise financeira mundial de 2007/2008, algumas dessas “medidas” foram genericamente reaplicadas.

Esse movimento relativamente retrógrado da relação capital-trabalho contribui com a manutenção e/ou acentuação da alienação humana, mas, paralelamente pode motivar novas formas de resistência. O olhar histórico e geográfico dos “explorados” pode, assim, atrofiar-se ainda mais diante dessa maior dependência estrutural (e diante da reprodução da precariedade material), porém, pode também, ampliar-se. Sobre a posição atual do trabalhador de países periféricos talvez, contudo, “estar na periferia da economia-mundo não significa estar fora da história, num lugar de não-protagonistas dos eventos, num limbo político reativo (...)” (MORAES, 2006, p. 41).

Destarte, se alguns “localistas” apontam o lugar-local como o *locus* de excelência de resistência ao global, Amélia Luisa Damiani (2006, p.24) considera que os “lugares cotidianos” constituem apropriações ilusórias e o que “revelam é um mundo não apropriado, substituído por espaços de vivência restritos que simulam a apropriação.” Para Damiani (2006, p. 23) o “que é do âmbito local não é estritamente local, ou só local; e o que é mundial, para se realizar, necessita de formas territorialmente situadas.” E acrescenta: “Não é errôneo afirmar que, no plano das grandes empresas, dos partidos, dos homens políticos, financeira e comercialmente, existem estratégias. Cada qual tem sua estratégia para sobreviver neste universo complexo de relações e interesses.” (DAMIANI, 2006, p. 17). Na direção dos domínios e dos contradomínios macroescalares, Iná Elias de Castro (2005, p. 88) salienta que

As teses de Wallerstein (...) foram importantes por delinear a agenda temática da geografia política nas últimas décadas (...) a escala do mundo é uma das dimensões necessárias à geografia política por configurar uma geopolítica, agora despida dos seus uniformes nazistas, mas ainda importante para apontar as relações dissimétricas entre as nações-Estados e suas conseqüências sociais (...).

Desta forma, diante das perspectivas de análises macroescalares na Geografia, saliente-se a importância de se desenvolver novos trabalhos acadêmicos sobre a (des)ordem mundial pós-Guerra Fria. Não obstante, Wallerstein (2002, p. 249-250) defende a recuperação das utopias e aponta para necessidade de “criação de uma nova ideologia de esquerda em tempos de esfacelamento do sistema histórico em que vivemos. Não é tarefa fácil nem que possa ser efetuada de um dia para outro. A elaboração das ideologias da era posterior a 1789 levou muitas décadas.”



3 MARCO TEÓRICO ALTERNATIVO?

(...) Pensar globalmente, actuar localmente', en este juicio hay un slogan poco ambicioso y conservador. La derecha actúa globalmente, ¿por qué no la izquierda? (SMITH, 2002, p. 139).

Há vários conceitos e preconceitos sobre as teorias estruturalistas. A teoria geral dos sistemas, ao ser “aplicada” às ciências sociais e humanas recebeu, desde então, inúmeras críticas. Os fundamentos da teoria do sistema-mundo, por exemplo, suscitam interrogações devido aos princípios positivistas. Mas o que há de novo na Geografia Política Renovada ao incorporar, em suas análises, o “sistema-mundo”? O que se entende por sistema? O que se entende por mundo?

Edgar Morin (1997) afirma que o sistema, necessariamente, contém o traço de totalidade e o traço relacional e que esses traços estão ligados pela organização. Para o autor “podemos conceber o sistema como *unidade global organizada de inter-relações entre elementos, acções ou indivíduos.*” (MORIN, 1997, p. 100). Lisandra Pereira Lamoso (2008, p. 274) salienta que a noção de sistema “não inviabiliza a aplicação de uma proposta já clássica, que é a ‘lei do desenvolvimento desigual e combinado’ (...)”. Segundo a autora, pode-se conceber a região como “produto” dessa Lei, como um sistema aberto, uma “estrutura dinâmica, encadeada por uma rede de relações em processo constante de movimento porque inclui a variável tempo.” (LAMOSO, 2008, p. 274). Conforme Edward Soja (1993, p. 132) a “própria existência do capitalismo pressupõe a presença mantenedora e a instrumentalidade vital do desenvolvimento geograficamente desigual.” Nesse sentido, parece profícuo pensar sobre a reaproximação da geografia política com a geografia regional.

Dollfus (1994, p. 24) define o “sistema-mundo” como um sistema geográfico constituído pelos Estados, mercados, culturas “que se imbricam e se recobrem desigualmente e redes que estruturam os espaços e os ligam entre si, polaridades e centralidades.” O autor afirma que o sistema-mundo compreende uma “hierarquia emaranhada” que “está na base dos fenômenos de auto-organização que marcam a sua dinâmica, a irreversibilidade de sua história, assim como sua crescente complexificação.” (DOLLFUS, 1994, p. 24). E em relação aos trabalhos que buscam interpretar a (des)organização mundial contemporânea, Dollfus (1994, p. 25) assinala que “a dialética ordem/desordem/caos vigente num conjunto de hierarquias emaranhadas requer uma análise própria que está na base da reflexão da geopolítica do Sistema-Mundo.”

Sobre esse conjunto global “de hierarquias emaranhadas”, Wallerstein (2002, p. 173) afirma que o “processo de acumulação capitalista necessita de um sistema hierárquico no qual o excedente

é distribuído de maneira desigual, tanto em termos espaciais como de classe.” Porém, para a reprodução estrutural e recorrência funcional desse processo hierárquico e desigual de acumulação-circulação geral do capital, Taylor (1994, p. 43) entende que “Sólo hay un sistema: la economía-mundo”.

Segundo Taylor (1994, p. 4), o “enfoque analítico de sistemas mundiales intenta combinar de una forma selectiva elementos críticos de la historia materialista de Braudel con los estudios neomarxistas sobre el desarrollo”. Taylor (1994, p. 6) afirma que a “economía-mundo es la entidad que se basa en el modo de producción capitalista.” Na base analítica dos trabalhos sobre o sistema mundial tem-se, portanto, o modo de produção capitalista como definidor da economia-mundo.

Não por acaso que Taylor (1994, p. 3) afirma que “en vez de defender que el cambio social tiene lugar país por país, Wallerstein (1979) postula la existencia de un ‘sistema mundial’ que en la actualidad tiene una extensión global.” Para Taylor (1994, p. 3), nessa escala de análise, coloca-se como pressuposto metodológico uma sociedade única e múltipla, ou seja, cabe(ria) à Geografia considerar que “las numerosas ‘sociedades nacionales’ se convierten simplemente en partes de un todo mayor, por lo que un determinado cambio social sólo puede ser comprendido en su totalidad en el contexto más amplio del sistema mundial.”

David Harvey (2004, p. 82) critica as abordagens sobre a evolução do capitalismo baseadas, meramente, na “expressão dos poderes do Estado no âmbito de um sistema interestados caracterizado por lutas competitivas por posição e hegemonia – como tende a acontecer em boa parte da teoria dos sistemas mundiais (...)”. Não obstante, Taylor (1994) ressalta que, conforme Wallerstein (1979), a economia-mundo é constituída pelas seguintes “organizações fundamentais”: um mercado mundial único (dominado pelas empresas transnacionais); um sistema de múltiplos Estados; e uma estrutura tripartida pelo centro, pela periferia e pela semiperiferia. E acrescenta: “Para que haya centro es preciso que haya periferia y si no existen las dos no habría economía-mundo.” (TAYLOR, 1994, p. 129).

Para Taylor (1994) a semiperiferia contribui para a manutenção do bem-estar material da economia mundial, bem como favorece a interação entre as próprias (três) formações macrosocioespaciais: periferia, semiperiferia e centro. A semiperiferia atua, portanto, como estrutura intermediária - e proporciona maior estabilidade - entre os dois grandes polos (centro e periferia) do capitalismo mundial.

Bertha Becker e Claudio Egler (1993, p. 28) assinalam que a “semiperiferia assume um papel fundamental no funcionamento da economia-mundo, não tanto econômico, mas sobretudo político, favorecendo a estabilidade do sistema mundial”. E completam: “A semiperiferia é a síntese das contradições do capitalismo histórico dentro de uma mesma economia nacional. É o *locus* da



profunda heterogeneidade estrutural acumulada pelo capitalismo na sua longa história (...)” (BECKER e EGLER, 1993, p. 29).

Taylor afirma ainda, que a reprodução dessa estrutura centro-periferia tem relação com os mecanismos básicos do imperialismo. Assim, o mecanismo chave do imperialismo, segundo o autor, é o intercâmbio desigual: “En el proceso del intercambio desigual, se combina la lucha de clases, a escala estatal, con la lucha centro-periferia, a escala global, para producir el desarrollo desequilibrado tan característico de nuestro mundo.” (TAYLOR, 1994, p. 131). Salienta também, que dentre as várias instituições existentes, Wallerstein (1994) destaca quatro que são fundamentais para o funcionamento da economia-mundo: o Estado, a Nação (e os povos), as Classes Sociais e as Unidades Domésticas. Segundo Taylor (1994, p. 24) “Wallerstein (1984a) considera que estas cuatro instituciones, tal y como las define, son exclusivas de la economía-mundo capitalista. Interactúan unas con otras de muy diversas maneras (...)”.

Ressaltem-se, todavia, as relações de poder que “atravessam” uma determinada comunidade de indivíduos (unidades domésticas) e as que são instituídas por uma alta cúpula de “detentores da política global”. Esses movimentos, segundo Taylor, perpassam de alguma forma, o Estado. Para interpretação e análise da economia-mundo, vinculada às quatro instituições tratadas por Wallerstein (1984), os conceitos marxistas de estrutura e superestrutura tendem, assim, a uma nova valoração da mesma forma que suscitam vinculações com as escalas de poder. Segundo Ana Clara Torres Ribeiro (2004, p. 204-205):

As concretas condições das lutas por hegemonia surgem em alianças que são simultaneamente escalares e de classe. (...) apenas o acesso a diferentes escalas de poder viabiliza ações que corroem outras hegemonias, enfraquecendo atores políticos e destruindo agentes econômicos.

Entende-se, então, que podem ser exploradas, nas abordagens sobre o sistema- mundo, outras instâncias (de macropoder) como a mídia, a Igreja, a Escola, sindicatos, organizações não-governamentais e instituições supranacionais como a Organização dos Estados Americanos, a Organização das Nações Unidas, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, etc.. Essas organizações e instâncias são passíveis de investigações particulares, com alto nível de detalhe e aprofundamento, principalmente, no campo da Geografia Política, Econômica e Regional. “Não se pode falar jamais, na sociedade capitalista, em uma separação radical entre o político e o econômico.” (DAMIANI, 2006, p. 18).

Damiani (2006, p. 19) salienta que, apesar dos novos códigos geopolíticos e geoeconômicos do sistema mundial e do novo (e velho) papel do Estado, ao se “pensar os fenômenos do território é fundamental pensar a ação estadista, aquela dos organismos que controlam parte da riqueza produzida e a manipulam.” Em relação à produção de uma mais-valia-global, defende a necessidade de avaliar o destino do subproduto social. Segundo Damiani (2006, p. 21) a territorialidade mundial e os sistemas de Estados (com a hegemonia estadunidense) caracterizam-se pela rigidez, controle e poder dos “interesses de mercados dominantes, que submetem os territórios e as políticas nacionais.” Para Becker e Egler (1993, p. 26) o “vetor dinâmico da economia-mundo está justamente na formação e desenvolvimento deste mercado mundial, origem e produto do próprio capitalismo.”

Quanto aos estudos geográficos sobre sistema-mundo, Taylor (1994) considera que a história do sistema interestatal está diretamente vinculada ao movimento de apogeu e decadência de determinadas potências mundiais. A maioria dos estudos sobre “el auge y la caída de las principales potencias han elaborado modelos de cambios cíclicos.” (TAYLOR, 1994, p. 59). Nessa perspectiva, as ordens geopolíticas mundiais (bem como os ciclos de política internacional) possuem, assim, relação direta com os ciclos de hegemonia. Taylor (1994) defende que quando a produção, o comércio e as finanças de um Estado são mais eficientes do que as de todos os outros Estados rivais esse Estado é hegemônico e, ainda, segundo o autor, o auge e a decadência dos Estados hegemônicos definem um ciclo de hegemonia.

Sobre esse método de “ler o mundo”, abordado na macroescala temporal e espacial, Taylor (1994, p. 60) assinala que o sistema global de Modelski (1978), por exemplo, parte do ano de 1500 e prossegue ciclicamente até o período atual. Cada ciclo dura cerca de cem anos e se associa a uma potência mundial que, portanto, “controla” uma determinada (des)ordem global. A divisão de Modelski (1978), segundo Taylor (1994, p. 60), fundamenta-se na ideia de que quatro potências estabeleceram seus domínios em cada século correspondente: “Portugal el XVI, los Países Bajos el XVII, Gran Bretaña el XVIII y el XIX, y Estados Unidos el XX.”

Taylor (1994) ressalta que Wallerstein (1984), por sua vez, trabalha três longos ciclos de hegemonia na “economia-mundo”. Assim, para Wallerstein (1984) o primeiro ciclo é caracterizado pela hegemonia holandesa, o segundo pela hegemonia inglesa e, ao final da Segunda Guerra, o domínio dos EUA tem correspondência com o terceiro ciclo. Acrescenta que, conforme Wallerstein (1984), esses ciclos de hegemonia implicam no controle efetivo e duradouro do mercado mundial e na organização de uma infraestrutura global, como redes financeiras, de comunicação e transporte, redes diplomáticas e, não obstante, bases militares distribuídas estrategicamente por todo o mundo. Neste âmbito, de acordo com Wallerstein (1984), são produzidas guerras com trinta anos de duração



(aproximadamente) que confirmam a hegemonia de um Estado nacional no sistema mundial. (TAYLOR, 1994, p. 64).

Taylor (1994, p. 65) salienta que esses “modelos que se basan en las ondas logísticas plantean, ante todo, la cuestión de cuál es su relación con los ciclos de Kondratieff.” Assim, segundo Taylor (1994, p. 66), Wallerstein (1979) propôs um modelo de interpretação que relaciona as ondas de Kondratieff com o apogeu e a decadência da potência hegemônica. Não obstante, Taylor (1994, p. 68) apresenta, também, uma interpretação sobre as ordens geopolíticas mundiais com base nos ciclos hegemônicos: “(...) cuatro ordenes geopolíticos asociados con las pares de ciclos de Kondratieff, y los ciclos hegemónicos en los casos de Gran Bretaña y de Estados Unidos.” Taylor (1994, p. 68) assinala que as ordens geopolíticas integram os ciclos hegemônicos (e vice-versa), mas, que, simultaneamente, essas “ordens” estão correlacionadas às fases macroeconômicas de Kondratieff (de crises e ascensões da economia capitalista).

Taylor (1994), em síntese, associa o modelo de Kondratieff aos ciclos hegemônicos da Inglaterra e dos Estados Unidos. Para o autor uma “ordem geopolítica” corresponde a um período de relativa estabilidade decorrente, em grande medida, de determinada distribuição de poder pelo mundo. Nessa direção, Beverly Silver e Eric Slater (2001, p. 161) entendem que os períodos de hegemonia se caracterizam por um círculo virtuoso no comércio, nos processos produtivos, nas relações (conflituosas) entre dominados e dominantes, etc.². No entanto, segundo os autores:

Os períodos de transição hegemônica, ao contrário, têm-se caracterizado por um “círculo vicioso” em que a intensificação da concorrência entre as nações e entre as empresas interage com um conflito social crescente e cada vez mais disfuncional, levando a períodos de revoltas sistêmicas, colapsos estatais e revoluções. (SILVER e SLATER, 2001, p. 161).

Na visão de Becker e Egler (1993, p. 25), a “dinâmica do capitalismo histórico se faz através de ciclos de longa duração de crescimento e recessão. As causas desse padrão são objeto de controvérsia.” Os autores consideram que hoje, há “evidência de que, pelo menos desde o final do século XVIII, a economia-mundo passou por quatro grandes ciclos, com fases de crescimento (A) e estagnação (B) denominados ciclos ou ondas longas Kondratieff (1935) (...)” (BECKER e EGLER, 1993, p. 25). Acrescentam, ainda que o “crescimento nas fases A nos sucessivos ciclos, corresponde, respectivamente, à Revolução Industrial (I), à expansão das ferrovias e da siderurgia

² Giovanni Arrighi e Beverly Silver (2001, p. 30) tratam das “transições hegemônicas como mudança sistêmica”. Ambos trabalham com o conceito de “ciclos sistêmicos de hegemonia” e entendem que o capitalismo se encontra no final de um período depressivo correspondente a um ciclo (de 50 anos), “fase B-4” conforme o esquema clássico de Kondratieff.

(II), da química e da eletricidade (III), e do setor aeroespacial e da eletrônica no ciclo atual.” (BECKER e EGLER, 1993, p. 25). Para Armen Mamigonian (1999, p. 152):

A Revolução Industrial dos fins do séc. XVIII inaugurou os ritmos industriais de várias durações, principalmente os ciclos decenais (juglarianos) e os ciclos longos, de cinquenta anos (Kondratieff), cada ciclo com fase expansiva (“a”) a fase depressiva (“b”). Marx e Engels constataram os ciclos decenais entre 1848 e 1857, que foram sistematizados estatisticamente por Juglar em 1860. Engels assinalou também a chamada “longa depressão do final do séc. XIX” e a sistematização estatística dos ciclos longos foi feita entre 1918-21 por N. Kondratieff (...).

Mamigonian (1999, p. 153) afirma, portanto, que “cada revolução industrial tem ocorrido de dois em dois Kondratieff” e que as crises “decenais são basicamente de superprodução (ou subconsumo ou inter-setoriais, o que vem a dar no mesmo), enquanto as crises do ciclo longo parecem estar ligadas a cada revolução industrial.” As fases depressivas, segundo Mamigonian (1999), se caracterizam pela queda das taxas de lucro e pela tentativa de criação de novas tecnologias – em função do capital fixo envelhecido. As fases de expansão extensiva de capitais, para o autor, estão relacionadas ao maior fluxo do centro para a periferia e, via de regra, às ofensivas militares.

Por fim, Mamigonian (1999) salienta que a organização do espaço sob o capitalismo tem, inexoravelmente, relação direta com as revoluções técnico-científicas. Enfatiza o papel da revolução nos transportes durante as conjunturas expansivas e, em contrapartida, as reestruturações espaciais (urbanas, principalmente) nos períodos depressivos e exemplifica:

(...) nas cidades do mundo todo a 1ª RI correspondeu a localizações industriais junto às EF e vias de navegação, bem como a “haussmanização” do espaço social urbano (...) a 2ª RI correspondeu à americanização do espaço urbano, com verticalizações, “express-ways” urbanas, (...). (MAMIGONIAN, 1999, p. 155-156).

Todavia, diante das preocupações gerais em torno das perspectivas teóricas da Geografia Política (e Regional), ressaltam-se as possibilidades de diálogo entre as abordagens “sistêmicas neomarxistas” (em macroescala) e as teorias referentes ao imperialismo. Taylor aponta para a importância de se estabelecer conexões entre as análises do imperialismo e do “sistema-mundo” nos tratados de geografia política. Assinala que “una de las críticas más severas que se pueden hacer a todas as escuelas de ‘modernización’ y ‘desarrollo’ de la ciencia social moderna es que parece que



‘olvidan’, o por lo menos ‘ignorán’, la contribución del imperialismo a la situación mundial actual”³ (TAYLOR, 1994, p. 97).

Saliente-se ainda, que no período mais ou menos correspondente às primeiras abordagens da “Geografia Crítica” no Brasil, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Nilce Moreira de Azevedo (1982) problematizaram sobre a relação entre Geografia e Imperialismo. Segundo os autores, diferentemente da postura dominante à época, a Geografia deveria, então, aprofundar-se nos estudos sobre o imperialismo:

Na medida em que recusamos a falsa opção entre determinismo naturalista e possibilismo antropológico-natural, como tratar o tema Geografia e Imperialismo para além da simples demonstração da relação existente entre ideologias geográficas dominantes e a prática imperialista? (PORTO-GONÇALVES e AZEVEDO, 1982, p. 26).

Próximo de uma “Geografia do Imperialismo”, Alain Lipietz (1987, p. 72) produziu interpretações específicas e concluiu que “o capitalismo nasceu do imperialismo” (e não o contrário). Assim como Lipietz, outros estudiosos do imperialismo obtiveram, nesse período, uma relativa aceitação na Geografia (Geografia Crítica, principalmente). Harvey (2004), por exemplo, aborda o imperialismo no capitalismo. Desta relação, explora as conversões urbanas, as regionalidades pós-fordistas, as velhas e novas contradições do modo de produção capitalista, as estruturas e organizações “imperiais” de poder, etc. Segundo Harvey (2004, p. 149) o “imperialismo do tipo capitalista surge de uma relação dialética entre as lógicas territorial e capitalista de poder.” Ruy Moreira (2006, p. 19) assinala que o “capitalismo é hoje um modo de produção e circulação centrado na exportação de capitais, no crescimento por recriação de periferias e no domínio do monopólio rentista. E tudo isto como uma economia política de escala mundial. (...)”. O autor “recupera” e reúne importantes ideias de Lênin, de Rosa Luxemburgo e de Bukarin.

Dentre as várias contribuições teóricas sobre o imperialismo considera-se, todavia, que a concepção de Lipietz (1987) amplia, em determinados aspectos, a abordagem leninista⁴. Entende-se, inclusive, que a partir de uma leitura mais totalizante de imperialismo pode-se, então, admitir (e estudar) o imperialismo em outras formações e estruturas sociais (não capitalistas), tanto na Geografia como na História, na Economia, na Sociologia, etc.

³ “Una de los logros del nuevo punto de vista neomarxista ha sido redescubrir la herencia revolucionaria de los estudios sobre el imperialismo (...) No podemos entender el imperialismo ni en el marco teórico de los sistemas mundiales ni en ningún otro, sin entender primero la herencia revolucionaria de sus primeros análisis” (TAYLOR, 1994, p. 98).

⁴ No livro “*Imperialismo, fase superior do capitalismo*” (1916), Lênin analisa traços fundamentais do imperialismo, como a formação e a atuação dos oligopólios, o papel do sistema financeiro, a exportação de capitais, etc; contudo, o imperialismo circunscreve-se à fase monopolista do capitalismo.

Porém, no cômputo geral, parece que as provocações de Lipietz (1987), as interpelações de Porto-Gonçalves e Azevedo (1982) e, mais proximamente, as colocações e ideias de Taylor (1994), de Harvey (2004) e de Moreira (2006) não alcançaram efetivamente os estudos geográfico-políticos. “De onde vem, então, a impressão do fim do imperialismo não só como realidade empírica – que para alguns não passou de uma pura retórica ideológica – mas sobretudo como teoria?” (MOREIRA, 2006, p. 19). Mantida essa (suposta?) situação, a Geografia Política, a Geografia Econômica e a Geografia Regional, grosso modo, permanecerão em estado de (quase) ignorância em relação ao imperialismo?

Destarte, como mais uma alternativa teórica às abordagens geográfico-políticas macroescalares cabe refletir, também, - mesmo que brevemente - sobre os postulados gerais da “Escola da Regulação”. Registre-se, que embora Harvey (1994), em suas análises geográficas, tenha assimilado princípios e conceitos da Teoria da Regulação, os estudos geográfico-políticos - em geral - mantiveram-se distantes desses postulados.

Michael Dunford (2002, p. 29) assinala que o “objetivo das teorias da regulação é explicar as trajetórias das economias capitalistas.” Para o autor, essas teorias, desde os anos de 1970, trabalham “com um conceito de economia mundial como um mosaico de formações sociais nacionais.” (DUNFORD, 2002, p. 29). Na base desta corrente teórica tem-se, assim, que o regime de acumulação do capital apresenta correlações de dependência com o modo de regulação. Portanto, conforme Dunford (2002, p. 30) o capitalismo se sustenta no modo de regulação “que assegura que as distorções e contradições criadas pela competição e acumulação de capital se mantenham dentro de limites compatíveis com a coesão social e o crescimento em cada Estado-nação”.

Sobre a (des)ordem mundial capitalista em vigor, Dunford (2002, p. 61-62) afirma que as “novas trajetórias da acumulação de capital e a nova divisão internacional do trabalho (...) nem são auto-reguladoras, nem associadas ao tipo de mecanismos mediadores capazes de estabelecer um novo regime de crescimento.” Para o autor, nessa fase do capitalismo pós-fordista, o vínculo entre acumulação de capital e o desenvolvimento social é frágil, pois, recentemente, os movimentos sociais “com vistas ao controle da acumulação, buscaram assim fazê-lo através da ação dos Estados-nação. Hoje, as relações entre corporações e seus territórios de origem são bem mais fracas, o que impõem constrangimentos à autonomia das políticas públicas nacionais (...)” (DUNFORD, 2002, p. 68).

Dunford (2002, p. 69) indaga sobre “o triunfo das ideologias de mercado e o colapso do comunismo”. Relaciona esse momento com o movimento global de “formação preferencial do capitalismo”: a “imposição de impulsos imperialistas”, a deterioração de direitos sociais, a maior concentração de riquezas e o aumento absoluto da pobreza, etc. (DUNFORD, 2002, p. 69).



Portanto, apesar da estrutura metodológica consistente, da riqueza conceitual e da abordagem crítica próprias da “Teoria” da Regulação permanecem, assim, as dúvidas sobre a sua subutilização na Geografia Política.

4 PARA NÃO CONCLUIR

A despeito do caráter preliminar desse artigo, registre-se o propósito de reafirmar a importância da (re)apropriação crítica, na Geografia Política brasileira, de alguns conceitos e de algumas das teorias sociais estruturalistas. Desta forma, entende-se que a Teoria da Regulação, o enfoque analítico do Sistema-mundo e as leituras clássicas (e atuais) sobre o imperialismo, por exemplo, constituem referenciais para o desenvolvimento teórico e conceitual da Geografia Política. No entanto, talvez permaneça ainda insuficiente a retomada de determinados princípios metodológicos estruturalistas nas pesquisas geográficas mais recentes, além do mais o estabelecimento de diálogos entre esses “parâmetros filosóficos diferentes” ainda parece incipiente (condenado?) na Geografia.

Considera-se que essas abordagens estruturalistas na Geografia Política sustentam e autorizam, de uma forma ou de outra, a realização de interpretações totalizadoras do espaço mundial-regional. Numa perspectiva transescalar, essas abordagens tendem, inclusive, a reposicionar, no campo analítico, os lugares e territórios fragmentados (e despolitizados?) e não fragmentados. Afinal, o que há teoricamente - de inovador - para se intrometer entre as (geo)políticas do “Estado de mal estar social” e a atual hegemonia do mercado mundial? Entre o capital financeiro mundial e as políticas supranacionais de (des)regulação do trabalho? Entre a subnutrição epidêmica e a abundância global de alimentos? Entre a alienação geopolítica e a ciência/filosofia moderna? Que outros referenciais teóricos a geografia política dispõe, atualmente, para interpretar a (des)ordem mundial?

REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, O. B.. Por uma Geografia Política ampliada. In: **Boletim de Geografia Teórica**. vol. 20; nº 39. Rio Claro/São Paulo: Associação de Geografia Teórica; 1990; pp. 05-19.
- ARRIGHI, G. e SILVER, B. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ, 2001.
- BAUMAN, Z. **A Sociedade Individualizada**: vidas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.



BECKER, B. K. e EGLER, C. A. G. **Brasil – Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1993.

CASTRO, I. E. **Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DAGNINO, E. Cultura, Cidadania e Democracia. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. ALVAREZ, S., DAGNINO, E. e ESCOBAR, A. (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000; pp. 61-102.

DAMIANI, A. L. Geografia Política e Novas Territorialidades. In: PONTUSCHKA, N. N. e OLIVEIRA, A. U. (Orgs.) **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2006; pp.17-26.

DOLLFUS, O. Geopolítica do Sistema-Mundo. In: SANTOS, M. *et. al.* (Orgs.). **O Novo Mapa do Mundo - Fim de Século e Globalização**. São Paulo: Hucitec – ANPUR, 1994; pp. 23-45.

DUNFORD, M. A Globalização e as Teorias da Regulação. In: GOMES, R. e VALENÇA, M. (Orgs.). **Globalização e Desigualdade**. Natal: A. S. Editores, 2002; pp. 29-75.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LAMOSO, L. P. Um Ensaio sobre Região e Regionalização: desafios epistemológicos e políticos. In: OLIVEIRA, M., COELHO, M. e CORRÊA, A. (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (I)**. Rio de Janeiro: Lamparina, Anpege, Faperj, 2008; pp. 270-279.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1987.

MAMIGONIAN, A. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. In: **GEOSUL - Revista do Departamento de Geociências. Programa de Pós-graduação em Geografia**. v. 14, n° 28. Florianópolis: UFSC, 1999; pp. 152-157.

MARTIN, A. R. A Politização da Geografia como Alternativa à “Crise dos Territórios.” In: PONTUSCHKA, N. N. e OLIVEIRA, A. U. (Orgs.) **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2006; pp. 27-33.

MARTINS, J. R. Immanuel Wallerstein e o sistema mundo: uma teoria ainda atual? In: **Iberoamérica social. Revista-rede de estudios sociales**. ano 3, n V. Sevilha/Espanha: ARS, 2015.

MORAES, A. C. R. Na trilha do purgatório: política e modernidade na geografia brasileira contemporânea. In: SILVA, J. B., LIMA, L. C. e ELIAS, D. (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira 2**. São Paulo: Annablume, 2006; pp. 39-46.

MOREIRA, R. Da partilha territorial ao bioespaço e ao biopoder (sobre a atualidade da teoria clássica do imperialismo). In: SILVA, J. B., LIMA, L. C. e ELIAS, D. (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira 2**. São Paulo: Annablume, 2006; pp.11-27.



MORIN, E. **O Método 1. A natureza da Natureza**. Portugal: Publicações Europa-América, 3ª ed., 1997.

PORTO-GONÇALVES, C. W. e AZEVEDO, N. M. A Geografia do Imperialismo: uma introdução. In: **Boletim Paulista de Geografia**. n° 59. São Paulo: AGB, 1982; pp. 23-40.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E., HAESBAERT, R. e MOREIRA, R. (Orgs.). **Brasil Século XXI – Por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004; pp.194-220.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. – Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 2ª ed., 1997.

SMITH, N. Geografía, Diferencia y las Políticas de Escala. In: **Terra Livre 19 – Geografia, Movimentos Sociais e Teoria**. Ano 18, vol.2. jul/dez. São Paulo: AGB, 2002; pp. 127-146.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

TAYLOR, P. J. **Geografía Política – Economía-mundo, Estado-nación y Localidad**. Madrid: Trama Editorial, 1994.

WALLERSTEIN, I. M. Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial. In: SANTOS, T. (coord.). **Os Impasses da Globalização. Hegemonia e Contra-hegemonia (vol. I)**. Rio de Janeiro: PUC-RIO. São Paulo: Loyola, 2003.

WALLERSTEIN, I. M.. **O Capitalismo Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Recebido em 21 de outubro de 2016

Aprovado em 16 de maio de 2017